

AUTOS Nº 0024093-52.2023.8.16.0017 – 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

MM. Juiz:

1. Trata-se de ação de recuperação judicial de J F DISTRIBUIDORA DE CARNES LTDA - ME e J.O.F. CARNES NOBRES EIRELI.

Plano de recuperação acostado nov mov. 101.

Objecções ao plano de recuperação acostadas nos movs. 303, 314 e 318.

Decisão saneadora no mov. 344, ocasião em que o Juízo facultou à devedora a apresentação de um novo plano de recuperação acolhendo as objeções apresentadas, ou então, determinou que fosse realizada a AGC.

Em primeira convocação, a AGC não foi instalada, por ausência de quórum, conforme mov. 370.

Em segunda convocação, a AGC foi instalada, conforme mov. 373, sendo que foi deliberado pelos credores que os trabalhos ficassem suspensos por 90 dias, até sua retomada em 29/04/2025.

Manifestação da recuperanda no mov. 374, requerendo a intimação do BANCO SAFRA S/A, para prestar esclarecimentos, tal qual determinou o TJPR em acórdão acostado nos autos no mov. 375.

Abriu-se vista ao Ministério Público.

2.Ciente do exposto até o momento.

3. DO CONTROLE DE LEGALIDADE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO:

A despeito deste agente Ministerial usualmente sugerir a análise do controle de legalidade do plano de recuperação judicial antes de ser submetido à assembleia geral de credores, faremos a análise das cláusulas do plano neste momento processual, considerando que o mesmo já foi aprovado.

3.1.DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS:

No tocante aos créditos trabalhistas e equiparados, dispôs a cláusula 4.1.1. do plano de recuperação:

“4.1.1. Classe I – Créditos Trabalhistas – Os Créditos Trabalhistas até o limite de 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos serão quitados nos termos do artigo 54, caput, da LREF, ou seja, no prazo de 1 (um) ano, parcelados em 12 (doze) vezes, mensais, iguais e sucessivas, tendo primeiro vencimento no dia 10 do mês seguinte à decisão que homologar o Plano.

4.1.1.1.Ainda, nos termos do artigo 54, § 1º, da LREF, os créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos, serão quitados no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de homologação do Plano.



4.1.1.2.Quanto aos Créditos Trabalhistas que excederam a 150 (cento e cinquenta), o valor do excesso será equiparado aos créditos quirografários (Classe III), conforme artigo 83, inciso V, alínea “c”, da LREF, e serão pagos conforme as condições estabelecidas para a referida classe na Cláusula 4.1.3.

4.1.1.3.Os Créditos Trabalhistas Retardatários incluídos no Quadro Geral de Credores após publicado o Edital previsto pelo artigo 7º, § 2º, da LREF, seja em razão da habilitação do Crédito Trabalhista na recuperação judicial com decisão judicial transitada em julgado, seja em razão da majoração ou minoração do valor do Crédito Trabalhista já habilitado na Relação de Credores, em razão de decisão proferida em Incidente de Impugnação de Crédito com trânsito em julgado serão pagos na forma descrita acima nas cláusulas 4.1.1, 4.1.1.1 e 4.1.1.2, contando-se o prazo de 60 (sessenta) dias para vencimento da primeira parcela, a partir da inclusão do referido Crédito Trabalhista na Relação de Credores.”

Nota-se que, de acordo com o plano prevê uma diferenciação de tratamento aos créditos superiores a 150 salários-mínimos, os equiparando aos quirografários, além do fato de que os créditos trabalhistas retardatários terão um prazo de 60 dias para vencimento da primeira parcela.

É de clara percepção que a cláusula **não obedece** o previsto no art. 54 da LRF, que conta com prazos claro e objetivos:

Art. 54. O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.

§ 1º. O plano não poderá, ainda, prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial. [\(Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020\)\(Vigência\)](#)

§ 2º O prazo estabelecido no **caput** deste artigo poderá ser estendido em até 2 (dois) anos, se o plano de recuperação judicial atender aos seguintes requisitos, cumulativamente: [\(Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020\) \(Vigência\)](#)

I - apresentação de garantias julgadas suficientes pelo juiz; [\(Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020\) \(Vigência\)](#)

II - aprovação pelos credores titulares de créditos derivados da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho, na forma do § 2º do art. 45 desta Lei; e [\(Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020\) \(Vigência\)](#)

III - garantia da integralidade do pagamento dos créditos trabalhistas. [\(Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020\)\(Vigência\)](#)

Veja-se que o plano deve prever prazo máximo de trinta dias para os créditos até 5 (cinco) salários-mínimos vencidos nos três meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, e prazo máximo de 1 (um) ano para todos os demais,este último extensível a 2 (dois) anos se presentes os requisitos do §2º, independente do valor sem previsão de possibilidade do deságio.

Disso, portanto, emerge a nulidade da cláusula. Nesse sentido:

AGRAVOS DE INSTRUMENTO. JULGAMENTO SIMULTÂNEO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONTROLE DOS ASPECTOS LEGAIS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL ? POSSIBILIDADE. CRÉDITO TRABALHISTA. PAGAMENTO EM PRAZO SUPERIOR AO PREVISTO NA LEI. SUPRESSÃO DE GARANTIAS. IMPOSSIBILIDADE. NULIDADE DA ASSEMBLEIA DE CREDITORES E DO PLANO ADITIVO ? CLÁUSULAS ILEGAIS E EXCESSIVAMENTE ONEROSAS. VIOLAÇÃO À LEI Nº 11.101/2005. NECESSIDADE DE

REALIZAÇÃO DE NOVA ASSEMBLEIA. DECISÃO REFORMADA. 1 - Segundo precedentes do Superior Tribunal de Justiça, embora o magistrado não possa analisar os aspectos de viabilidade econômica da empresa, tem ele o dever de velar pela legalidade do plano de recuperação judicial ao modo de evitar que os credores aprovem pontos em desacordo com as normas legais. 2- Implementado aditivo ao plano de recuperação judicial originário e sendo explicadas as mudanças ocorridas na própria assembleia geral de credores realizada, com nítido prejuízo aos presentes que não tiveram tempo hábil para deliberar, e aos credores ausentes e que porventura tinham concordado com o plano inicialmente apresentado, há nulidade do procedimento por ofensa ao artigo 36 e artigo 56, § 3º, ambos da Lei nº 11.101/2005. 3. A validação no conclave de cláusula do aditivo que prevê pagamento do crédito trabalhista em prazo superior a 1 (um) ano, viola o art. 54, da Lei de Recuperação Judicial e Falência. 4. Cláusula que outorga liberdade para alienação de quaisquer bens, móveis ou imóveis, gravados de arrendamento mercantil ou alienação fiduciária, mostra-se nula à vista dos artigos 49, § 3º, 50, § 1º, da LRJF. 5. Não há vedação legal na criação de subclasses de credores, contando que aprovada pelos integrantes das demais classes, e em razoável estabelecimento de condições diferenciadas de pagamentos. 6. Agravos de instrumento ns. 5405623.05.2019.8.09.0000, 5404672.11.2019.8.09.0000, 5644820.80.2019.8.09.0000 e 5412012.06.2019.8.09.0000, conhecidos e parcialmente providos. Agravo de instrumento n. 5411945.41.2019.8.09.0000, parcialmente conhecido e, nessa parte provido. Agravo de instrumento n. 5193317.85.2019.8.09.0000 prejudicado.

(TJ-GO - AI: 04119454120198090000, Relator: BEATRIZ FIGUEIREDO FRANCO, Data de Julgamento: 10/07/2020, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 10/07/2020)

Desta forma, vê-se que há clara nulidade na cláusula em questão, devendo ser ajustadas pelo Juízo.

3.2.DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS:

A devedora também previu nas cláusulas 3.1.3. e 3.1.3.1., a alienação do ativo permanente nos termos e condições contidas no plano de recuperação, ou seja, a critério estratégico exclusivo da devedora, que poderá alienar os bens abrangidos no plano, independentemente de aprovação dos credores.

As cláusulas assim preveem:

“3.1.3. Alienação e Oneração de Bens – Como forma de levantamento de recursos, as Recuperandas poderão promover a alienação de bens que integrem o ativo permanente (não circulante) de seu acervo patrimonial que se encontram listados em anexo, independente de nova aprovação dos Credores Concursais, na forma dos artigos 60, 66, 140, 141 e 142 da Lei nº 11.101 /05, e observados os termos e condições deste Plano.

3.1.3.1. As Recuperandas poderão alienar os bens que integram seu ativo permanente (não circulante) que se encontram listados no Anexo II (Laudo de Avaliação dos Bens), independentemente de nova aprovação dos Credores, da forma que entenderem mais eficiente, inclusive extrajudicialmente e diretamente a eventuais interessados, não estando obrigadas a seguir qualquer das modalidades ordinárias de alienação judicial de ativos previstas no artigo 142 da LREF.”

As cláusulas em questão apontam que, para fins da exceção prevista na parte final do art. 66 da LRF, as alienações do ativo permanente ocorrerão da forma como descrita no plano de recuperação. Isso quer dizer que, os bens do ativo permanente poderão ser alienados, desde que com expressa autorização judicial, salvo os bens cuja alienação estejam previamente autorizados no plano de recuperação.

No entanto, entendemos que a cláusula merece ser adaptada.

Na hipótese de credores extraconcursais, muito provavelmente algum bem já arrolado no plano de recuperação judicial será dado (ou já foi dado) em garantia fiduciária (especialmente veículos – que é o mais comum).

Sob este aspecto, ressalte-se que o devedor fiduciário não pode alienar livremente os bens dados em garantia. Em que pese a esse fato, eventual homologação do plano contendo previsão de alienação desses bens (sejam veículos ou quaisquer outros ativos/direitos), poderá dar azo a interpretações contrárias à lei.

Além disso, é mais prudente e há maior garantira da lisura e transparência no processo de alienação se ela ocorrer mediante prévia autorização judicial e dentro dos ditames da LRF. Desta forma, entendemos que a cláusula da maneira como está redigida, pode trazer grandes prejuízos aos credores, ainda mais no caso dos bens arrendados ou alienados fiduciariamente, em que a autorização destes credores deve ser considerada.

Assim, deve a cláusula constar a observação de que os bens do ativo permanente poderão ser alienados **para pagamento dos credores, desde que com expressa autorização judicial e expressa concordância dos credores**, nos casos específicos de alienação de bens arrendados ou alienados fiduciariamente.

3.3. DA LIBERAÇÃO DAS GARANTIAS DOS COOBRIGADOS:

Tem-se que há irregularidades na previsão de extinção de garantias originalmente prestadas com a aprovação do plano de recuperação, conforme cláusulas 6.5 e 6.6, conforme seguem:

“6.5. Supressão das Garantias em Face dos Coobrigados – Salvo expressa manifestação de oposição do Credor, a Homologação deste Plano acarretará na supressão das garantias reais, cambiais ou fidejussórias prestadas por terceiros devedores solidários ou coobrigados.

6.6. Quitação – Os pagamentos realizados na forma estabelecida neste Plano acarretarão, de forma automática, independentemente de qualquer formalidade adicional, a quitação plena, irrevogável e irretroatável, pelos Credores Concursais, de todo e qualquer Crédito Concursal contra as Recuperandas e seus fiadores, avalistas, garantidores, sucessores, cessionários, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações, seja por obrigação principal ou fidejussória, de modo que os Credores Concursais nada mais poderão reclamar contra as Recuperandas e seus fiadores, avalistas, garantidores, sucessores e cessionários relativamente aos Créditos Concursais, a qualquer tempo, em juízo ou fora dele, no Brasil ou em qualquer outra jurisdição.”

Neste ponto, a cláusula merece ser reformada/anulada.

Na melhor exegese, a *mens legis* não coloca à disposição das partes a liberação das garantias, em razão única do plano judicial, em razão das disposições dos art. 49, §1º e art. 59, ambos da Lei 11.101/2005:

Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

§ 1º Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.

Art. 59. O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias, observado o disposto no § 1º do art. 50 desta Lei.

Já se encontra sedimentado no âmbito do STJ, em sede de recursos repetitivos, que os credores conservam suas garantias originárias após a aprovação do plano de recuperação judicial (REsp nº 1.333.349SP). O entendimento deu origem à Súmula 581:

Súmula 581: A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória.

Há discussão jurisprudencial se o plano de recuperação judicial poderia dispor de forma diversa e também se seriam suprimidas as garantias de todos os credores, indistintamente, se aprovado plano em assembleia com tal disposição.

No âmbito do próprio STJ, houve bastante divergência sobre o tema, contudo, no julgamento do REsp 1.700.487 - MT, onde decidiu que “*inadequado, pois, restringir a supressão das garantias reais e fidejussórias, tal como previsto no plano de recuperação judicial aprovado pela assembleia geral*”, foi também decidido no REsp 1885536, julgado em 29/06/2021:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PLANO DE RECUPERAÇÃO. NOVAÇÃO. EXTENSÃO. COOBRIGADOS. IMPOSSIBILIDADE. GARANTIAS. SUPRESSÃO OU SUBSTITUIÇÃO. CONSENTIMENTO. CREDOR TITULAR. NECESSIDADE. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. Cinge-se a controvérsia a definir se a cláusula do plano de recuperação judicial que prevê a supressão das garantias reais e fidejussórias pode atingir os credores que não manifestaram sua expressa concordância com a aprovação do plano. 3. A cláusula que estende a novação aos coobrigados é legítima e oponível apenas aos credores que aprovaram o plano de recuperação sem nenhuma ressalva, não sendo eficaz em relação aos credores ausentes da assembleia geral, aos que abstiveram-se de votar ou se posicionaram contra tal disposição. 4. A anuência do titular da garantia real é indispensável na hipótese em que o plano de recuperação judicial prevê a sua supressão ou substituição. 5. Recurso especial não provido.

(STJ - REsp: 1885536 MT 2020/0181227-2, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA, Data de Julgamento: 12/05/2021, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 29/06/2021)

O que se nota, portanto, é que a liberação de garantias só ocorre em desfavor do credor que o anuiu expressamente, dentro de seu campo de liberalidade patrimonial.

Desta forma, deve ser declarada nula a cláusula que, indistintamente, prevê a supressão de garantias e liberação de coobrigados contra credores ausentes e que não aprovaram expressamente em tal sentido, por infração aos art. 49, §1º e 59 da LRF, na esteira da jurisprudência do STJ.

3.4. DO ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL:

No tocante à cláusula 7.13. do plano de recuperação, verifica-se que assim constou:

“7.13. Encerramento da Recuperação Judicial – A Recuperação Judicial será encerrada com a Homologação do presente Plano de Recuperação Judicial, dispensando-se o período de supervisão bial, tendo em vista a faculdade do artigo 61 da LREF.”

No entanto, observa-se que a referida cláusula vai de encontro ao art. 61 a LRF, como já bem destacou o administrador judicial em seu parecer, eis que a faculdade de encerrar ou não a recuperação é somente do Juízo, não sendo passível de acordos entre os credores:

“Art. 61. Proferida a decisão prevista no art. 58 desta Lei, o juiz poderá determinar a manutenção do devedor em recuperação judicial até que sejam cumpridas todas as obrigações previstas no plano que vencerem até, no máximo, 2 (dois) anos depois da concessão da recuperação judicial, independentemente do eventual período de carência.”

Desta forma, deve a referida cláusula ser anulada, eis que não possui eficácia na prática, além de ser contrária à legislação.

3.5. ALTERAÇÃO DO PLANO ANTES DA AGC:

A Lei 11.101/2005 prevê uma série de formalidades e prazos acerca da apresentação do plano de recuperação, de objeções ao plano, e até mesmo data máxima para realização da assembléia.

Dentro do rito que envolve o plano de recuperação, consta a necessidade de expedição de edital aos credores para início do prazo para objeções. Caso haja real necessidade de convocação da AGC, esta deve ocorrer ao menos com 15 (quinze) dias de antecedência no edital (art. 36, LRF).

Ocorre que a cláusula 7.9.assim previu:

“7.9. Alterações Anteriores à Aprovação do Plano – As Recuperandas se reservam no direito, na forma da Lei, de alterar este Plano até a data da Aprovação do Plano, inclusive de modo a complementar o protocolo com documentos adicionais e traduções de documentos correlatos.”

Veja-se que, de acordo com tal cláusula, o devedor pode modificar o plano de recuperação como desejar, quantas vezes bem entender, bastando que seja protocolado a qualquer minuto antes da aprovação na AGC.

Não são claramente explicados os limites de tal modificação, e se haveria necessidade ou não de nova publicação de edital sobre o plano — o que se mostraria recomendável em caso de mudanças substanciais.

Nessa hipótese de ser necessária a publicação de outro edital sobre o (novo) plano apresentado, o devedor teria o poder de reiniciar todo o procedimento previsto nos art. 55 e ss. da LRF, num *looping* infinito.

Não se pode perder de vista, ainda, que o art. 53 prevê prazo máximo de sessenta dias para apresentação do plano, sob pena de convalidação em falência, o que, a princípio, sequer permitiria expressamente a apresentação de plano aditivo.

Ao que mais nos importa, o credor necessita de tempo para analisar aditivos e modificativos propostos pelo devedor. Não à toa a Lei 11.101/2005 prevê o prazo mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência para realização da assembléia geral de credores (art. 36).

Na prática, disposições como essa apenas servem para protelar o processo: o devedor apresenta um modificativo dias ou horas antes da AGC, os credores se veem acuados a conceder a suspensão da assembléia, e assim o processo de recuperação judicial se posterga.

Desta forma, a cláusula 7.9do plano merece ser declarada nula, ou complementada, para ajustar que os credores necessitam ser intimados ao menos 15 dias antes da AGCpara deliberação sobre eventuais aditivos.

3.6. ALTERAÇÃO DO PLANO JÁ APROVADO:

A cláusula 7.10faculta ao devedor alterar o plano de recuperação judicial já homologado:

“7.10. Alterações Posteriores à Aprovação do Plano – As Recuperandas poderão apresentar aditamentos, alterações ou modificações ao Plano a qualquer tempo após a Homologação, desde que tais aditamentos, alterações ou modificações sejam submetidos e aprovados pelos Credores Concursais, nos termos da LREF.”

Da leitura de tal cláusula, depreende-se que, na iminência de uma possível alteração no plano (leia-se: descumprimento), bastaria convocar nova assembleia e alterar o plano original, afastando, assim, aconvoação em falência.

A previsão legal de convoação em falência quando descumprido o plano seria inutilizada, pois bastaria uma alteração da cláusula descumprida.

A possibilidade conferida por lei de execução do plano como título executivo igualmente seria prejudicada, pois poder-se-ia “alterar” o título executivo. Até mesmo uma ação de execução já em trâmite teria seu título executivo alterado. É profunda a instabilidade jurídica causada pela cláusula.

Uma vez aprovado o plano, não há possibilidade de alteração do mesmo, pois as disposições que o regem são cogentes.A propósito:

*RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. DEVEDOR EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PLANO DE SOERGUMENTO HOMOLOGADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO TEMPESTIVA. PRECLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DO CRÉDITO NELE CONSTANTE. QUESTÃO PREJUDICIAL. EXTINÇÃO DA AÇÃO. 1. Ação ajuizada em 29/5/2017. Recurso especial interposto em 10/2/2021. Autos conclusos à Relatora em 15/9/2021. 2. O propósito recursal consiste em definir se o crédito inserto em plano de recuperação judicial homologado e não impugnado pode ser excluído de seus efeitos em razão do reconhecimento, em ação diversa, de sua extraconcursalidade. 3. Consoante estabelecido nos arts. 505 e 507 do CPC/15, "Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide", sendo "vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão". 4. **Uma vez homologado o plano de recuperação judicial, sem que os credores tenham se insurgido tempestivamente contra suas disposições, é vedada a modificação de suas cláusulas.** [...]*

(STJ - REsp: 1963556 SC 2021/0201142-5, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 07/12/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/12/2021)

Ainda nesse aspecto, **havendo descumprimento do plano, até mesmo a vontade dos credores é irrelevante,** conforme se extrai dos julgados:

Recuperação judicial convoação em falência paralisação das atividades da empresa descumprimento reiterado das obrigações assumidas no plano de recuperação aprovado - inadimplemento que enseja a decretação da quebra, independentemente da vontade dos credores art. 73, IV, da Lei nº 11.101/2005 recurso desprovido.

(TJ-SP - AI: 2676604720118260000 j. 03/07/2012)

[...]princípio constitucional da função social da propriedade e dos meios de produção, denominado pela doutrina de "função social da empresa", não pode ser invocado para justificar de forma ampla, abstrata e ilimitada, a manutenção da empresa que, em recuperação judicial, ostensivamente, não cumpre as obrigações assumidas no plano de recuperação judicial.

Verificado o inadimplemento das obrigações pactuadas no plano de recuperação que se vencerem no biênio da supervisão judicial, o juiz, de ofício, deverá convocar a recuperação judicial em falência, independentemente de provocação dos credores, do administrador judicial ou do comitê de credores, se existente. A Assembleia-Geral de Credores só é reputada soberana para a aprovação do plano se este não violar os princípios gerais de direito, os princípios e regras da Constituição Federal e as regras de ordem pública da Lei nº 11.101/2005. Agravo provido para convocar a recuperação judicial em falência e decretar a quebra da agravada.

(TJ-SP – AI 1146850620128260000, J. 01/11/2012)

Assim, melhor entendimento é no sentido de que, uma vez homologado o plano de recuperação judicial, com todas as consequências legais daí advindas (inclusive a possibilidade de convalidação em falência), não é lícito ao devedor, mesmo com realização da assembleia geral, alterá-lo.

Desta forma, deve o Juízo declarar nula referida disposição, nos termos da fundamentação supra.

3.7. OUTROS ASSUNTOS:

Sobreveio também discussões quanto ao deságio, prazo de carência, formas de atualização de juros e correção propostos no plano de recuperação quanto à classe II, III e IV, alegando que tais matérias são afetas ao controle de legalidade do plano.

Sem razão.

Ora, sendo a concessão de prazos e condições de pagamento expressamente prevista como meio de recuperação judicial (art. 50, LRF), é inafastável a conclusão de que o deságio (condição especial), juros, correções e prazos dizem respeito ao próprio mérito do plano de recuperação judicial.

Isso quer significar uma necessidade de participação e atenção mais ativa dos credores e seus procuradores no processo de recuperação judicial, especialmente na assembleia geral, **na discordância de condições propostas pelo devedor.**

O tema ainda é relativamente recente na jurisprudência pátria, contudo, o entendimento esposado pelos bancos opositores é minoritário (talvez uma única decisão). A jurisprudência dominante é no sentido de que a AGC é soberana para decidir acerca do deságio:

*Recuperação Judicial. Concessão. Soberania da decisão da assembleia geral de credores que não é absoluta, competindo ao juiz observar, mais do que apenas a sua legalidade e constitucionalidade, a ética, a boa-fé, o respeito aos credores e a manifesta intenção de cumprir a meta de recuperação. PLANO DE RECUPERAÇÃO. **Deságio de 70%**, pagamento em parcelas fixas, ausência de juros remuneratórios, decisão que se insere na soberania da assembleia e na sua natureza de novação com a qual assentiram os credores; atualização monetária pelo IGP-M, com termo inicial a partir da data da publicação da homologação do plano e concessão da recuperação judicial. Plano de Recuperação Judicial com presumida adequação e aparente intenção de permitir a recuperação sem deixar de estabelecer forma e prazo para pagamento dos credores. Criação de subclasses que, por si, não viola o princípio da isonomia. O que não se tolera é que a sua criação sirva para manipulação de votos nas deliberações em assembleia, do que não se cogita no caso. DESCUMPRIMENTO DO PLANO. Não compete à assembleia geral de credores deliberar sobre a conveniência ou não da decretação de falência, no caso de descumprimento do plano, porque este assunto está disciplinado expressamente nos artigos 61, § 1º, e 62, da LRF. Recurso parcialmente provido.*



(TJ-SP - AI: 20430038320148260000 SP 2043003-83.2014.8.26.0000, Relator: Ramon Mateo Júnior, Data de Julgamento: 10/04/2015, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 03/07/2015)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - HOMOLOGAÇÃO DO PLANO APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES - INSURGÊNCIA DE BANCO CREDOR - ILEGALIDADE DO PLANO - INEXISTÊNCIA - SOBERANIA DA VONTADE MANIFESTADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES - PRAZO E DESÁGIO - FORMA EXPRESSAMENTE ADMITIDA PELA LEI COMO MEIO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (ART. 50, I, DA LEI Nº 11.101/05)- APROVAÇÃO DOS CREDORES SEGUNDO OS CRITÉRIOS MÍNIMOS EXIGIDOS POR LEI - IMPOSSIBILIDADE DE INGERÊNCIA JUDICIAL - NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. (TJPR - 17ª C.Cível - AI - 1570351-4 - Curitiba - Rel.: Luciane Bortoleto - Unânime - - J. 23.11.2016)

(TJ-PR - AI: 15703514 PR 1570351-4 (Acórdão), Relator: Luciane Bortoleto, Data de Julgamento: 23/11/2016, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1938 08/12/2016)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO. CONTROLE JUDICIAL DE LEGALIDADE. INEXISTÊNCIA DE TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA CREDORES DE UMA MESMA CLASSE. PRAZO DE CARÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DA EXTENSÃO DA NOVAÇÃO AOS COOBRIGADOS. NULIDADE DA CLÁUSULA QUE IMPOSSIBILITA A CONVOCAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DO PLANO. [...] 3. Assim sendo, as alegações da parte agravante quanto ao deságio, correção monetária, juros remuneratórios, inserem-se, em verdade, na averiguação da viabilidade econômico-financeira do plano, o que cabe aos credores. 4. No mesmo sentido, não há falar em tratamento diferenciado de credores da mesma classe, devendo ser respeitada a expressão legítima do interesse individual dos credores e o princípio da maioria que rege a assembleia geral de credores. [...] AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70079045514, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Julgado em 18/12/2018).

(TJ-RS - AI: 70079045514 RS, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Data de Julgamento: 18 /12/2018, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 21/01/2019)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL - CREDOR QUIROGRAFÁRIO - CONTROLE DE LEGALIDADE - DESÁGIO - PRAZO PARA PAGAMENTO - AUSENCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU ABUSO DE DIREITO - DECISÃO MANTIDA - Nos termos do art. 47 da Lei 11.101/05, a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica - Ao Judiciário compete apenas analisar a legalidade do plano de recuperação judicial e suas eventuais alterações aprovadas em Assembleia Geral de Credores, já que suas decisões são soberanas.

(TJ-MG - AI: 10000190786384001 MG, Relator: Dárcio Lopardi Mendes, Data de Julgamento: 27 /08/0019, Data de Publicação: 30/08/2019)

Assim, porque a matéria constitui matéria de mérito e viabilidade do plano, não merece guarida a impugnação aos prazos e condições do plano de recuperação.

4. CERTIDÕES NEGATIVAS FISCAIS:

A Lei 11.101/2005, em seu art. 57, condiciona a concessão do benefício da recuperação judicial à apresentação das certidões negativas tributárias:



Art. 57. Após a juntada aos autos do plano aprovado pela assembléia-geral de credores ou decorrido o prazo previsto no art. 55 desta Lei sem objeção de credores, o devedor apresentará certidões negativas de débitos tributários nos termos dos arts. 151, 205, 206 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Houve jurisprudência anterior do STJ sobre o tema, no sentido de que referido dispositivo teria por finalidade o parcelamento dos débitos tributários, até então sem regulamentação legal. Como constou no voto do REsp 1.187.404/MT:

“Com efeito, o art. 57 da Lei n. 11.101/2005 e o art. 191-A do CTN devem ser interpretados à luz das novas diretrizes traçadas pelo legislador para as dívidas tributárias, com vistas, notadamente, à previsão legal de parcelamento do crédito tributário em benefício da empresa em recuperação, que é causa de suspensão da exigibilidade do tributo, nos termos do art. 151, inciso IV, do CTN[...]

eventual descumprimento do que dispõe o art. 57 da LRF só pode ser atribuído, ao menos imediatamente e por ora, à ausência de legislação específica que discipline o parcelamento em sede de recuperação judicial, não constituindo ônus do contribuinte, enquanto se fizer inerte o legislador, a apresentação de certidões de regularidade fiscal para que lhe seja concedida a recuperação”

Ocorre que, com a edição da Lei 13.043/2014, já existe previsão legal do parcelamento tributário desde o deferimento do processamento da recuperação judicial, isto é, ainda na fase postulatória da recuperação judicial. Deste modo, já não há mais óbice para que o devedor postule o referido benefício e obtenha certidão negativa — ou a certidão positiva com efeitos de negativa.

Vale registrar que o devedor já poderia ter feito tal pedido e juntado a certidão.

Ainda pende de decisão colegiada no âmbito do STJ a matéria referente à convalidação em falência do devedor que não apresenta certidões negativas, como requisito à concessão da recuperação judicial. Contudo, já houve decisão monocrática no sentido da exigência do requisito (STJ - TP: 1757 /PR, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Publicação: DJ 24/10/2018), além dos demais tribunais seguirem tal entendimento, inclusive o TJ-PR.

Verifica-se que as certidões negativas de débitos tributários ainda não foram colacionadas pelas devedoras, de modo que assim requer desde já.

5. Protesto por oportuna vista.

É o parecer.

FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA

Promotor de Justiça

